

CURSO  
PREPARATÓRIO  
XXXII OAB  
**1ª FASE**

**SIMULADO ATC**

EXAME DA ORDEM - OAB XXXII 2020



## SIMULADO ATC

### (EXAME DA ORDEM - OAB XXXII 2020)

#### APRESENTAÇÃO

Caros alunos, excepcionalmente, o nosso simulado aberto ao público que seria aplicado presencialmente no dia 28.03.2020 na sede do ATC, teve que ser alterado em razão do isolamento social decorrente da campanha de prevenção à disseminação do COVID-19.

Neste simulado iremos abordar questões inéditas elaboradas pelo nosso corpo docente e questões já cobradas nos exames anteriores da OAB. Quando estiverem fazendo as questões objetivas, simulem ao máximo a prova real, não deixando nenhum material de pesquisa por perto. Se puderem imprimam o material sem as respostas.

Lembre-se que este simulado é apenas um treino para identificar as deficiências e treinar os assuntos já estudados para o exame da Ordem. A metodologia de resolução de questões é muito eficiente para treinar os assuntos já estudados e identificar os pontos que os alunos devem melhorar para a almejada aprovação.

Por isso, o ATC, sempre focado em alto desempenho, decidiu estruturar um módulo mais intensivo focando nas matérias com maior incidência na prova da OAB, utilizando a metodologia de resolução de questões que, com certeza, te possibilitará figurar entre os aprovados.

Foco e fé que em breve tudo se normalizará! Recomendamos que você não perca tempo nos estudos e depois desse isolamento social, venha conhecer o nosso curso preparatório para a OAB.

Bons estudos!

Vamos juntos!

Equipe ATC Jurídicos.

#### ÉTICA E ESTATUTO DA OAB – Alexandre Marques

1. À luz do Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (Lei Federal nº. 8.906/1994), é correto afirmar sobre a atividade de advocacia que:

- a) é permitida a divulgação de advocacia desde que em conjunto com outra atividade.
- b) são anuláveis os atos privativos de advogado praticados por pessoa não inscrita na OAB, sem prejuízo das sanções civis, penais e administrativas.
- c) não se inclui na atividade privativa de advocacia a impetração de habeas corpus em qualquer instância ou tribunal.

d) O advogado, afirmando urgência, pode atuar sem procuração, obrigando-se a apresentá-la no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, prorrogável por igual período.

2. Observando as disposições sobre advocacia apresentadas na Constituição Republicana de 1988 e na lei 8906/94 (Estatuto da Advocacia e da OAB) assinale a alternativa INCORRETA:

a) A representação, a defesa, a seleção e a disciplina dos advogados na República Federativa do Brasil são promovidas exclusivamente pela Ordem dos Advogados do Brasil.

b) As atividades de consultoria e assessoria jurídicas são atividades privativas de advogados, sendo nulos os atos praticados por pessoas não inscritas na OAB e que detenham, por exemplo, apenas o bacharelado em Direito.

c) É direito do advogado se comunicar com seus clientes, pessoal e reservadamente, mesmo sem procuração, quando estes se acharem presos, detidos ou recolhidos em estabelecimentos civis ou militares, ainda que considerados incomunicáveis.

d) O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, observados os limites estabelecidos por lei.

e) O advogado possui plena capacidade postulatória perante os órgãos do Poder Judiciário e nos juizados especiais, sendo-lhe considerada atividade privativa a impetração de habeas data e habeas corpus em qualquer instância ou tribunal.

3. Felipe é bacharel em Direito. Formou-se no curso jurídico há seis meses e não prestou, ainda, o Exame de Ordem para sua inscrição como advogado, embora pretenda fazê-lo em breve. Por ora, Felipe é inscrito junto à OAB como estagiário e exerce estágio profissional de advocacia em certo escritório credenciado pela OAB, há um ano. Nesse exercício, poucas semanas atrás, juntamente com o advogado José dos Santos, devidamente inscrito como tal, prestou consultoria jurídica sobre determinado tema, solicitada por um cliente do escritório. Os atos foram assinados por ambos. Todavia, o cliente sentiu-se lesado nessa consultoria, alegando culpa grave na sua elaboração. Considerando o caso hipotético, bem como a disciplina do Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a opção correta.

a) Felipe não poderia atuar como estagiário e deverá responder em âmbito disciplinar por essa atuação indevida. Já a responsabilidade pelo conteúdo da atuação na atividade de consultoria praticada é de José.

b) Felipe não poderia atuar como estagiário e deverá responder em âmbito disciplinar por essa atuação indevida. Já a responsabilidade pelo conteúdo da atuação na atividade de consultoria praticada é solidária entre Felipe e José.

c) Felipe poderia atuar como estagiário. Já a responsabilidade pelo conteúdo da atuação na atividade de consultoria praticada é solidária entre Felipe e José.

d) Felipe poderia atuar como estagiário. Já a responsabilidade pelo conteúdo da atuação na atividade de consultoria praticada é de José.

4. O advogado Aderbal foi regularmente constituído por certo cliente para defendê-lo em um processo judicial no qual esse cliente é réu. Aderbal ofereceu contestação, e o processo segue atualmente seu trâmite regular, não tendo sido, por ora, designada audiência de instrução e julgamento. Todavia, por razões insuperáveis que o impedem de continuar exercendo o mandato, Aderbal resolve renunciar. Em 12/02/2019, Aderbal fez a notificação válida da renúncia. Três dias depois da notificação, o mandante constituiu novo advogado, substituindo-o. Todo o ocorrido foi informado nos autos. Considerando o caso narrado, de acordo com o Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

a) Aderbal continuará a representar o mandante durante os dez dias seguintes à notificação da renúncia.

b)O dever de Aderbal de representar o mandante cessa diante da substituição do advogado, independentemente do decurso de prazo.

c)Aderbal continuará a representar o mandante até que seja proferida e publicada sentença nos autos, ainda que recorrível.

d)Aderbal continuará a representar o mandante até o término da audiência de instrução e julgamento”.

5.São direitos do advogado, exceto:

a) a inviolabilidade de seu escritório ou local de trabalho, bem como de seus instrumentos de trabalho, de sua correspondência escrita, eletrônica, telefônica e telemática, desde que relativas ao exercício da advocacia.

b) comunicar-se com seus clientes, pessoal e reservadamente, mesmo sem procuração, quando estes se acharem presos, detidos ou recolhidos em estabelecimentos civis ou militares, ainda que considerados incomunicáveis.

c) ingressar livremente nas salas e dependências de audiências, secretarias, cartórios, escritórios de justiça, serviços notariais e de registro, e, no caso de delegacias e prisões, mesmo fora da hora de expediente e independentemente da presença de seus titulares.

d) usar da palavra, pela ordem, em qualquer juízo ou tribunal, mediante intervenção sumária, para esclarecer equívoco ou dúvida surgida em relação a fatos, documentos ou afirmações que influam no julgamento, bem como para replicar acusação ou censura que lhe forem feitas.

e) No exercício da profissão, o advogado é inviolável por seus atos e manifestações, nos limites da lei.

6.Alberto, advogado, após dez anos de exercício da advocacia, passou a apresentar comportamentos incomuns. Após avaliação médica, ele foi diagnosticado com uma doença mental curável, mediante medicação e tratamento bastante demorado. Segundo as disposições do Estatuto da Advocacia e da OAB, o caso do advogado Alberto incide em causa de:

a) suspensão do exercício profissional.

b) impedimento para o exercício profissional.

c) licença do exercício profissional.

d) cancelamento da inscrição profissional.

7.Ingrid, advogada, atua como árbitra em certa lide. Solange, também regularmente inscrita como advogada perante a OAB, exerce atualmente a função de mediadora. Ambas, no exercício de suas atividades, tomaram conhecimento de fatos relativos às partes envolvidas. Todavia, apenas foi solicitado a Ingrid que guardasse sigilo sobre tais fatos. Considerando o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

a) Apenas Ingrid, no exercício da profissão, submete-se ao dever de guardar sigilo dos fatos de que tomou conhecimento. O dever de sigilo cederá em face de circunstâncias excepcionais que configurem justa causa, como nos casos de grave ameaça aos direitos à vida e à honra, bem como em caso de defesa própria.

b) Apenas Solange, no exercício da profissão, submete-se ao dever de guardar sigilo dos fatos de que tomou conhecimento. O dever de sigilo cederá em face de circunstâncias excepcionais que configurem justa causa, como nos casos de grave ameaça aos direitos à vida e à honra, bem como em caso de defesa própria.

c) Ambas as advogadas, no exercício da profissão, submetem-se ao dever de guardar sigilo dos fatos de que tomaram conhecimento. O dever de sigilo cederá em face de circunstâncias excepcionais que configurem justa causa, como nos casos de grave ameaça aos direitos à vida e à honra, bem como em caso de defesa própria.

d) Apenas Ingrid, no exercício da profissão, submete-se ao dever de guardar sigilo dos fatos de que tomou conhecimento. O dever de sigilo cederá em face de circunstâncias excepcionais que configurem justa causa, como nos casos de grave ameaça aos direitos à vida e à honra. Porém, não se admite a relativização do dever de sigilo para exercício de defesa própria.

8. Hugo e Iran, ambos advogados, atuaram conjuntamente patrocinando uma demanda trabalhista em favor de certo trabalhador empregado. Tiveram bastante sucesso no exercício dessa função, tendo se valido de teses jurídicas notórias. Em razão disso, após o fim desse processo, duas pessoas jurídicas contrataram, respectivamente, Hugo e Iran, como integrantes de seus departamentos jurídicos, em relação empregatícia. A sociedade que empregou Hugo determinou que ele atue de forma consultiva, emitindo parecer sobre a mesma questão jurídica tratada naquele primeiro processo, embora adotando orientação diversa, desta feita favorável aos empregadores. A pessoa jurídica que emprega Iran pretende que ele realize sua defesa, em juízo, em processos nos quais ela é ré, sobre a mesma questão, também sustentando o posicionamento favorável aos empregadores. Considerando o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

a) Hugo e Iran podem, de maneira legítima, recusar a atuação consultiva e o patrocínio das demandas judiciais, respectivamente, sem que isso implique violação aos seus deveres profissionais.

b) Apenas Hugo pode, de maneira legítima, recusar a atuação consultiva sem que isso implique violação aos seus deveres profissionais.

c) Apenas Iran pode, de maneira legítima, recusar o patrocínio das demandas judiciais sem que isso implique violação aos seus deveres profissionais.

d) As recusas quanto à atuação consultiva e ao patrocínio das demandas judiciais, por Hugo e Iran, respectivamente, implicam violações aos seus deveres profissionais.

## PROCESSO CIVIL – Denarcy Souza

**9. Ano: 2018 Banca: FGV Órgão: OAB Prova: FGV - 2018 - OAB - Exame de Ordem Unificado - XXV - Primeira Fase.** Alice, em razão de descumprimento contratual por parte de Lucas, constituiu Osvaldo como seu advogado para ajuizar uma ação de cobrança com pedido de condenação em R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), valor atribuído à causa. A ação foi julgada procedente, mas não houve a condenação em honorários sucumbenciais. Interposta apelação por Lucas, veio a ser desprovida, sendo certificado o trânsito em julgado. Considerando o exposto, assinale a afirmativa correta.

a) Em razão do trânsito em julgado e da preclusão, não há mais possibilidade de fixação dos honorários sucumbenciais.

- b) Como não houve condenação, presume-se que há fixação implícita de honorários sucumbenciais na média entre o mínimo e o máximo, ou seja, 15% do valor da condenação.
- c) O trânsito em julgado não impede a discussão no mesmo processo, podendo ser requerida a fixação dos honorários sucumbenciais por meio de simples petição.
- d) Deve ser proposta ação autônoma para definição dos honorários sucumbenciais e de sua cobrança.

**10. Ano: 2018 Banca: FGV Órgão: OAB Prova: FGV - 2018 - OAB - Exame de Ordem Unificado - XXV - Primeira Fase.** Almir ingressa com ação pelo procedimento comum em face de José, pleiteando obrigação de fazer consistente na restauração do sinteco aplicado no piso de seu apartamento, uma vez que, dias após a realização do serviço ter sido concluída, o verniz começou a apresentar diversas manchas irregulares. Em sua inicial, afirma ter interesse na autocomposição. O juiz da causa, verificando que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, não sendo caso de improcedência liminar do pedido, designa audiência de conciliação a ser realizada dentro de 60 (sessenta) dias, promovendo, ainda, a citação do réu com 30 (trinta) dias de antecedência. Com base na legislação processual aplicável ao caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

- a) Caso Almir e José cheguem a um acordo durante a audiência de conciliação, a autocomposição obtida será reduzida a termo pelo conciliador e, independentemente da sua homologação pelo magistrado, já constitui título executivo judicial, bastando que o instrumento seja referendado pelos advogados dos transatores ou por conciliador credenciado junto ao tribunal.
- b) Agiu equivocadamente o magistrado, uma vez que o CPC/15 prevê a imprescindibilidade do prévio oferecimento de contestação por José, no prazo de 15 (quinze) dias úteis a serem contados de sua citação e antes da designação da audiência conciliatória, sob pena de vulnerar o princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório, também reproduzido na legislação adjetiva.
- c) Caso Almir, autor da ação, deixe de comparecer injustificadamente à audiência de conciliação, tal ausência é considerada pelo CPC/15 como ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado.
- d) Almir e José não precisam comparecer à audiência de conciliação acompanhados por seus advogados, uma vez que, nessa fase processual, a relação processual ainda não foi integralmente formada e não há propriamente uma lide, a qual apenas surgirá quando do oferecimento da contestação pelo réu.

**11. Ano: 2018 Banca: FGV Órgão: OAB Prova: FGV - 2018 - OAB - Exame de Ordem Unificado - XXV - Primeira Fase.** Alcebíades ajuizou demanda de obrigação de fazer pelo procedimento comum, com base em cláusula contratual, no foro da comarca de Petrópolis. Citada para integrar a relação processual, a ré Benedita lembrou-se de ter ajustado contratualmente que o foro para tratar judicialmente de qualquer desavença seria o da comarca de Niterói, e comunicou o fato ao seu advogado. Sobre o procedimento a ser adotado pela defesa, segundo o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

- a) A defesa poderá alegar a incompetência de foro antes da audiência de conciliação ou de mediação.
- b) A defesa poderá alegar a incompetência a qualquer tempo.
- c) A defesa só poderá alegar a incompetência de foro como preliminar da contestação, considerando tratar-se de regra de competência absoluta, sob pena de preclusão.
- d) A defesa tem o ônus de apresentar exceção de incompetência, em petição separada, no prazo de resposta.

**12. Ano: 2017 Banca: FGV Órgão: OAB Prova: FGV - 2017 - OAB - Exame de Ordem Unificado - XXIV - Primeira Fase.** O Sr. João, pessoa idosa e beneficiária de plano de saúde individual da sociedade “ABC Saúde Ltda.”, começa a sentir fortes dores no peito durante a madrugada e, socorrido por seus familiares, é encaminhado para a unidade hospitalar mais próxima. O médico responsável pelo atendimento inicial constata um quadro clínico grave, com risco de morte, sendo necessário o imediato encaminhamento do Sr. João para a Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do hospital. Ao ser contatado, o plano de saúde informa que não autoriza a internação, uma vez que o Sr. João ainda não havia cumprido o período de carência exigido em contrato. Imediatamente, um dos filhos do Sr. João, advogado, elabora a ação cabível e recorre ao plantão judicial do Tribunal de Justiça do estado em que reside. A partir do caso narrado, assinale a alternativa correta.

- a) A tutela de urgência a ser requerida deve ser deferida, tendo em vista os princípios da cooperação e da não surpresa que regem a codificação processual vigente, após a prévia oitiva do representante legal do plano de saúde “ABC Saúde Ltda.”, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- b) Uma vez demonstrado o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, o magistrado poderá conceder tutela de evidência em favor do Sr. João, autorizando sua internação provisória na Unidade de Terapia Intensiva do hospital.
- c) Diante da urgência do caso, contemporânea à propositura da ação, a petição inicial redigida poderia limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido final. Concedida a tutela antecipada, o autor deverá aditar a petição inicial em 15 (quinze) dias ou em outro prazo maior que o juiz fixar.
- d) Concedida a tutela provisória requerida em favor do Sr. João, ela conserva sua eficácia na pendência do processo, apenas podendo vir a ser revogada ou modificada com a prolação da sentença definitiva de mérito.

**13. Ano: 2020 Banca: ATC Órgão: OAB Prova: Simulado para o Exame de Ordem Unificado - XXXII - Primeira Fase.** Pedro ingressou com uma demanda de compensação por danos morais e indenização por danos materiais, na modalidade dano emergente e lucro cessante, ao argumento de que teria firmado compromisso de venda e compra de uma unidade imobiliária com prazo certo de entrega, o que não veio a acorrer conforme contratado, estando o prédio ainda na sua fundação e com um atraso de mais de 02 anos na entrega. Juntou documentos comprobatórios de suas alegações. Citado, o demandado argumentou em contestação que a mora se deveu a fatores alheios a sua vontade, não havendo culpa de sua parte no inadimplemento contratual. Afirmou ainda que não houve comprovação da existência de danos morais e que não há o que se falar em dano material, em qualquer das suas modalidades em decorrência da mora descrita na inicial. Juntou documentos. Entendo que o caso não necessita de produção de outras provas além daquelas juntadas pelas partes, o Juízo de primeiro grau julgou parcialmente procedente a demanda, condenando o réu a indenizar o autor no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) referentes aos danos morais e na devolução de todo o valor pago no imóvel, corrigido monetariamente. Silenciou, entretanto, quanto ao pedido de condenação na indenização por lucros cessantes. Diante do caso narrado, assinale a opção incorreta:

- a) qualquer das partes poderá interpor embargos de declaração, interrompendo-se o prazo para a interposição de apelação para ambas as partes, mesmo para aquela que não interpôs os embargos de declaração;
- b) qualquer das partes poderá interpor desde já a apelação, que terá efeito suspensivo automático e não passará pelo juízo de admissibilidade em primeiro grau;
- c) a apelação somente poderá ser interposta caso se tenha, primeiro, interposto embargos de declaração, porque, no caso, diante da omissão existente na sentença, sem a interposição dos embargos de declaração haverá o trânsito em julgado da sentença;

d) caso a apelação, interposta pelo autor, seja admitida pelo tribunal competente, quando do julgamento do mérito do recurso, poderá o tribunal julgar desde logo o pedido omissivo, desde que entenda que o processo se encontra em condições de imediato julgamento.

**14.Ano: 2020 Banca: ATC Órgão: OAB Prova:** Simulado para o Exame de Ordem Unificado - XXXII – Primeira Fase. Determinado relator, num tribunal de justiça, constatando a existência de efetiva repetição de processos que continham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito, bem assim risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica, em processo de sua relatoria oficiou o presidente do tribunal para a instauração de um incidente de resolução de demandas repetitivas. Sobre o referido incidente, assinale a alternativa correta:

- a) O juízo de admissibilidade do IRDR será realizado pelo relator designado, considerando a presença dos pressupostos necessários à sua admissão. Admitido o incidente, o relator suspenderá os processos pendentes, individuais ou coletivos, que tramitam no Estado ou na região, conforme o caso;
- b) O juízo de admissibilidade do IRDR será realizado pelo órgão colegiado competente para julgar o incidente, que poderá suspender os processos pendentes, individuais ou coletivos, que tramitam no Estado ou na região, conforme o caso, cabendo ao relator, na decisão de organização, comunicar aos órgãos jurisdicionais competentes acerca da suspensão.
- c) Durante a suspensão, o pedido de tutela de urgência deverá ser dirigido ao presidente do tribunal competente para o julgamento do IRDR, ainda que o processo esteja suspenso em primeiro grau de jurisdição;
- d) Apenas os legitimados para o pedido de instauração do IRDR poderão requerer, ao tribunal competente para conhecer do recurso extraordinário ou especial, a suspensão de todos os processos individuais ou coletivos em curso no território nacional que versem sobre a questão objeto do incidente já instaurado.

**15.Ano: 2020 Banca: ATC Órgão: OAB Prova:** Simulado para o Exame de Ordem Unificado - XXXII - Primeira Fase. Interposto Recurso Especial, recebia a petição pela secretaria do tribunal, o recorrido foi intimado para a apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Oferecidas as contrarrazões, concluso os autos ao vice-presidente do tribunal recorrido, foi negado seguimento ao recurso ao argumento de que este teria sido interposto contra acórdão que estava em conformidade com entendimento do Superior Tribunal de Justiça, exarado no regime de julgamento de recursos repetitivos. Diante do caso apresentado, assinale a alternativa correta:

- a) O recorrente poderá interpor agravo em recurso especial, em petição dirigida ao vice-presidente do tribunal de origem e independentemente de novas custas e despesas postais, sendo permitido, ainda, o exercício do juízo de retratação;
- b) O recorrente poderá interpor agravo interno, sendo considerado erro grosseiro a interposição de agravo em recurso especial, o que inviabilizaria a aplicação do princípio da fungibilidade recursal;
- c) poderá tanto interpor agravo em recurso especial quanto interno, que a depender do recurso escolhido, devolverá a matéria impugnada ao tribunal competente para o julgamento do recurso interposto, isso diante do efeito expansivo objetivo;
- d) contra essa decisão de inadmissibilidade, porque alicerçada em precedente vinculante, não cabe qualquer recurso ou medida, salvo a interposição de embargos de declaração.

**DIREITO TRIBUTÁRIO – Francisco Malaquias**

16 – Determinado Estado, localizado na Região Nordeste do país, instituiu, mediante lei específica estadual, a contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública (COSIP), nos



termos do art. 149-A da Constituição Federal. Neste contexto, com base na competência tributária prevista nas normas constitucionais em vigor, a referida contribuição instituída pelo respectivo estado-membro da Federação é:

- A) Constitucional, pois esta cobrança observa integralmente as regras constitucionais em vigor.
- B) Inconstitucional, por ser o referido tributo de competência tributária da União Federal.
- C) Inconstitucional, tendo em vista que a criação deste tributo compete exclusivamente ao DF e aos Municípios.
- D) Inconstitucional, visto que somente Lei Complementar poderá instituir o referido tributo.

17– Conforme entendimento do STF, a cobrança de taxa sobre os serviços públicos de coleta, remoção e tratamento/destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, é considerada:

- A) Inconstitucional, pois viola o conceito constitucional de taxa, bem como a definição legal contida no Código Tributário Nacional.
- B) Constitucional, pois não viola o conceito constitucional de taxa.
- C) Inconstitucional, pois viola o conceito constitucional de taxa.
- D) Constitucional, pois não viola conceito constitucional de taxa, porém ilegal, por contrariar definição legal contida no Código Tributário Nacional.

18 – A sociedade empresária “Siga bem na Estrada”, concessionária de serviço de transporte público coletivo de passageiros, opera a linha de ônibus 456, iniciando seu trajeto no Município de Coqueiro e completa seu percurso no Município de Deserto, ambos localizados no mesmo Estado.

Sobre a prestação onerosa desse serviço de transporte, deve incidir

- A) ISS, a ser recolhido para o Município X.
- B) ISS, a ser recolhido para o Município Y.
- C) ICMS, a ser cobrado de forma conjunta pelo Município X e o Município Y.
- D) ICMS, a ser recolhido para o Estado.

19 – Aldair recebeu auto de infração pelo inadimplemento de determinado tributo instituído por lei ordinária. Surpreso com esta situação, decidiu contestar a exigência fiscal sob o argumento, acertado, de que o tributo em questão deveria ter sido instituído por Lei Complementar.

Neste contexto, qual tributo compõe o referido auto de infração:

- A) Contribuição de Interesse de Categoria Profissional.
- B) Contribuição de Melhoria.
- C) Empréstimo Compulsório.
- D) Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico.

20 – Em 2020, o Estado de Alagoas, através de lei ordinária estadual, concedeu isenção fiscal do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) a um determinado setor de atividade econômica, visando atrair investimentos para a região.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- A) A lei ordinária estadual, isoladamente, legitima a concessão de tal isenção de ICMS, por se tratar de tributo de competência estadual.
- B) Apesar da competência estadual, somente é possível a concessão isenção de ICMS por intermédio de lei estadual complementar.
- C) A lei ordinária estadual pode conceder tal isenção de ICMS, mas estará condicionada a uma contrapartida específica do contribuinte beneficiado.
- D) Mesmo sendo tributo de competência estadual, a concessão de isenção de ICMS pelo Estado deve ser precedida de deliberação dos Estados e do Distrito Federal (CONFAZ).

**PROCESSO DO TRABALHO – Evelyne Maia**

21. Em março de 2019, durante uma audiência trabalhista que envolvia a sociedade empresária ABC S/A, o juiz indagou à pessoa que se apresentou como preposto se ela era empregada da empresa, recebendo como resposta que não. O juiz, então, manifestou seu entendimento de que uma sociedade anônima deveria, obrigatoriamente, fazer-se representar por empregado, concluindo que a sociedade empresária não estava adequadamente representada.

Decretou, então, a revelia, excluiu a defesa protocolizada e sentenciou o feito na própria audiência, julgando os pedidos inteiramente procedentes.

Diante desse quadro e do que prevê a CLT, assinale a afirmativa correta.

- a) Nada há a ser feito, porque uma S/A, por exceção, precisa conduzir um empregado para representá-la.
- b) O advogado da ré deverá interpor recurso ordinário no prazo de 8 dias, buscando anular a sentença, pois o preposto não precisa ser empregado da reclamada.
- c) O advogado da ré deverá impetrar mandado de segurança, porque a exigência de que o preposto seja empregado, por não ser prevista em Lei, violou direito líquido e certo da empresa.
- d) Uma vez que a CLT faculta ao juiz aceitar ou não como preposto pessoa que não seja empregada, o advogado deverá formular um pedido de reconsideração judicial.

22. Em sede de reclamação trabalhista, o autor forneceu o endereço da ré na inicial, para o qual foi expedida notificação citatória. Decorridos cinco dias da expedição da citação, não tendo havido qualquer comunicado ao juízo, houve a realização da audiência, à qual apenas compareceu o autor e seu advogado, o qual requereu a aplicação da revelia e confissão da sociedade empresária-ré. O juiz indagou ao advogado do autor o fundamento para o requerimento, já que não havia nenhuma referência à citação no processo, além da expedição da notificação. Diante disso, na qualidade de advogado do autor, à luz do texto legal da CLT, assinale a opção correta.

- A) Presume-se recebida a notificação 48h após ser postada, sendo o não recebimento ônus de prova do destinatário.
- B) A mera ausência do réu, independentemente de citado ou não, enseja revelia e confissão.
- C) Descabe o requerimento de revelia e confissão se não há confirmação no processo do recebimento da notificação citatória.
- D) O recebimento da notificação é presunção absoluta; logo, são cabíveis de plano a revelia e a confissão.

23. Wilma foi dispensada sem justa causa e recebeu a indenização correspondente do ex-empregador. Ela, no entanto, alega ter direito a uma equiparação salarial com um colega que realizava as mesmas atividades. Em razão disso, Wilma procura você, como advogado(a), e, com sua assessoria, dá início a um acordo extrajudicial com o ex-empregador. O acordo é materializado em documento, especificando o valor e a identificação da parcela, sendo assinado pelas partes e seus respectivos advogados, e levado à Justiça do Trabalho para homologação. Contudo, a juíza do caso nega-se a homologar o acordo, argumentando que ele seria lesivo à trabalhadora, proferindo decisão nesse sentido. Diante disso, e de acordo com a norma legal, assinale a opção que indica a medida processual adequada para buscar a reforma da decisão proferida.

- a) Não há medida cabível, por se tratar de decisão interlocutória.
- b) Recurso Ordinário.

- c) Mandado de Segurança.
- d) Novo pedido de homologação de acordo extrajudicial idêntico, mas agora dirigido para outra Vara.

24. JJ SORAES LTDA, reclamada em uma reclamação trabalhista, ajuizada em 15/06/2019, apresentou contestação no processo judicial eletrônico, a qual não foi oferecida sob sigilo. Após a abertura da audiência, o reclamante manifestou interesse em desistir da ação.

Assim, quanto a desistência da ação pelo reclamante, assinale a afirmativa correta.

- a) uma vez apresentada a contestação, ainda que eletronicamente, o reclamante não poderá, sem o consentimento do reclamado, desistir da reclamação trabalhista.
- b) O juiz deverá, sem consultar a parte contrária, homologar a desistência.
- c) O oferecimento da defesa pelo reclamado em nada se relaciona à questão da desistência de pedidos ou da demanda.
- d) Não é possível desistir da reclamação trabalhista após a propositura desta.

25. Jorge Luiz foi funcionário da Sorveteria Gelato Bom. Após a extinção do seu contrato, ocorrida em 05/07/2019, as partes dialogaram e confeccionaram um termo de acordo extrajudicial, o qual foi encaminhado à Justiça do Trabalho para sua homologação. O acordo extrajudicial foi assinado pelas partes e por um advogado, que era comum às partes. Considerando o caso narrado, seguindo os ditames da CLT, assinale a afirmativa correta.

- a) É possível a homologação do acordo extrajudicial, porque foi fruto de manifestação de vontade das partes envolvidas.
- b) É impossível homologação do acordo extrajudicial, porque, na Justiça do Trabalho, não existe procedimento especial de jurisdição voluntária, mas apenas contenciosa.
- c) Para a validade do acordo extrajudicial, seria necessário que o funcionário ganhasse mais de duas vezes o teto da Previdência Social.
- d) Não será possível a homologação do acordo extrajudicial, porque empregado e empregador não podem ter advogado comum.

**PROCESSO PENAL – Leonardo de Moraes**

**26. - FGV - 2020 - OAB - Exame de Ordem Unificado XXXI - Primeira Fase.** Caio foi denunciado pela suposta prática do crime de estupro de vulnerável. Ocorre que, apesar da capitulação delitiva, a denúncia apresentava-se confusa na narrativa dos fatos, inclusive não sendo indicada qual seria a idade da vítima. Logo após a citação, Caio procurou seu advogado para esclarecimentos, destacando a dificuldade na compreensão dos fatos imputados. O advogado de Caio, constatando que a denúncia estava inepta, deve esclarecer ao cliente que, sob o ponto de vista técnico, com esse fundamento poderia buscar:

- a) a rejeição da denúncia, podendo o Ministério Público apresentar recurso em sentido estrito em caso de acolhimento do pedido pelo magistrado, ou oferecer, posteriormente, nova denúncia.
- b) sua absolvição sumária, podendo o Ministério Público apresentar recurso de apelação em caso de acolhimento do pedido pelo magistrado, ou oferecer, posteriormente, nova denúncia.
- c) sua absolvição sumária, podendo o Ministério Público apresentar recurso em sentido estrito em caso de acolhimento do pedido pelo magistrado, mas, transitada em julgado a decisão, não poderá ser oferecida nova denúncia com base nos mesmos fatos.
- d) a rejeição da denúncia, podendo o Ministério Público apresentar recurso de apelação em caso de acolhimento do pedido pelo magistrado, mas, uma vez transitada em julgado a decisão, não caberá oferecimento de nova denúncia.

**27. (FGV – 2016 – OAB – XX EXAME DE ORDEM).** José Augusto foi preso em flagrante delito pela suposta prática do crime de receptação (Art. 180 do Código Penal – pena: 01 a 04 anos de reclusão e multa). Em que pese seja tecnicamente primário e de bons antecedentes e seja civilmente identificado, possui, em sua Folha de Antecedentes Criminais, duas anotações pela prática de crimes patrimoniais, sem que essas ações tenham resultados definitivos. Neste caso, de acordo com as previsões expressas do Código de Processo Penal, assinale a afirmativa correta.

- A) Estão preenchidos os requisitos para decretação da prisão preventiva, pois as ações penais em curso demonstram a existência de risco para a ordem pública.
- B) A autoridade policial não poderá arbitrar fiança neste caso, ficando tal medida de responsabilidade do magistrado.
- C) Antes de decidir pela liberdade provisória ou conversão em preventiva, poderá a prisão em flagrante do acusado perdurar pelo prazo de 10 dias úteis, ou seja, até o oferecimento da denúncia.
- D) O juiz não poderá converter a prisão em flagrante em preventiva, mas poderá aplicar as demais medidas cautelares.

**28. (FGV – 2016 – OAB – XX EXAME DE ORDEM).** Guilherme foi denunciado pela prática de um crime de lesão corporal seguida de morte. Após o recebimento da denúncia, Guilherme é devidamente citado. Em conversa com sua defesa técnica, Guilherme apresenta prova inequívoca de que agiu em estado de necessidade. Diante da situação narrada, o advogado de Guilherme, em resposta à acusação, deverá requerer a:

- A) rejeição de denúncia, que fará coisa julgada material.
- B) absolvição sumária do réu, que fará coisa julgada material.
- C) absolvição imprópria do réu, que fará coisa julgada material.
- D) impronúncia do acusado, que não faz coisa julgada material.

**29. (FGV – 2016 – OAB – XX EXAME DE ORDEM).** José foi absolvido em 1ª instância após ser denunciado pela prática de um crime de extorsão em face de Marina. O Ministério Público interpôs recurso de apelação, sendo a sentença de primeiro grau reformada pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina para condenar o réu à pena de 05 anos, sendo certo que o acórdão transitou em julgado. Sete anos depois da condenação, já tendo cumprido integralmente a pena, José vem a falecer. Posteriormente, Caio, filho de José, encontrou um vídeo no qual foi gravada uma conversa de José e Marina, onde esta admite que mentiu ao dizer que foi vítima do crime pelo qual José foi condenado, mas que a atitude foi tomada por ciúmes. Caio, então, procura o advogado da família. Diante da situação narrada, é correto afirmar que Caio, através de seu advogado,

- A) não poderá apresentar revisão criminal, pois a pena de José já havia sido extinta pelo cumprimento.
- B) não poderá apresentar revisão criminal, pois o acusado, que é quem teria legitimidade, já é falecido.
- C) poderá apresentar revisão criminal, sendo competente para julgamento o Superior Tribunal de Justiça.
- D) poderá apresentar revisão criminal, sendo competente para julgamento o Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

**30. (FGV – 2016 – OAB – XIX EXAME DE ORDEM).** João, no dia 2 de janeiro de 2015, praticou um crime de apropriação indébita majorada. Foi, então, denunciado como incurso nas sanções penais do Art. 168, §1o, inciso III, do Código Penal. No curso do processo, mas antes de ser proferida sentença condenatória, dispositivos do Código de Processo Penal de natureza exclusivamente processual sofrem uma reforma legislativa, de modo que o rito a ser seguido no recurso de apelação é modificado. O advogado de João entende que a mudança foi prejudicial, pois é possível que haja uma demora no julgamento dos recursos. Nesse caso, após a sentença condenatória, é correto afirmar que o advogado de João

- A) deverá respeitar o novo rito do recurso de apelação, pois se aplica ao caso o princípio da imediata aplicação da nova lei.
- B) não deverá respeitar o novo rito do recurso de apelação, em razão do princípio da irretroatividade da lei prejudicial e de o fato ter sido praticado antes da inovação.
- C) não deverá respeitar o novo rito do recurso de apelação, em razão do princípio da ultratividade da lei.
- D) deverá respeitar o novo rito do recurso de apelação, pois se aplica ao caso o princípio da extratividade.

**31 - (FGV – 2016 – OAB – XIX EXAME DE ORDEM).** João, no dia 2 de janeiro de 2015, praticou um crime de apropriação indébita majorada. Foi, então, denunciado como incurso nas sanções penais do Art. 168, §1o, inciso III, do Código Penal. No curso do processo, mas antes de ser proferida sentença condenatória, dispositivos do Código de Processo Penal de natureza exclusivamente processual sofrem uma reforma legislativa, de modo que o rito a ser seguido no recurso de apelação é modificado. O advogado de João entende que a mudança foi prejudicial, pois é possível que haja uma demora no julgamento dos recursos. Nesse caso, após a sentença condenatória, é correto afirmar que o advogado de João

- A) deverá respeitar o novo rito do recurso de apelação, pois se aplica ao caso o princípio da imediata aplicação da nova lei.
- B) não deverá respeitar o novo rito do recurso de apelação, em razão do princípio da irretroatividade da lei prejudicial e de o fato ter sido praticado antes da inovação.
- C) não deverá respeitar o novo rito do recurso de apelação, em razão do princípio da ultratividade da lei.
- D) deverá respeitar o novo rito do recurso de apelação, pois se aplica ao caso o princípio da extratividade.

#### DIREITO AMBIENTAL

**32. (FGV – OAB XXIX; 2019 ).** Em 2017, Maria adquire de Eduarda um terreno inserido em área de Unidade de Conservação de Proteção Integral. Em 2018, Maria descobre, por meio de documentos e fotos antigas, que Eduarda promoveu desmatamento irregular no imóvel. Sobre a responsabilidade civil ambiental, assinale a afirmativa correta.

- A) Maria responde civilmente pela recomposição ambiental, ainda que tenha agido de boa-fé ao adquirir o terreno.
- B) Maria não pode responder pela aplicação de multa ambiental, tendo em vista o princípio da intranscendência da pena.
- C) Eduarda não pode responder pela recomposição ambiental, mas apenas pela multa ambiental, tendo em vista a propriedade ter sido transmitida.
- D) Maria responde nas esferas administrativa, civil e penal solidariamente com Eduarda, tendo em vista o princípio da reparação integral do dano ambiental.

**33. (FGV – OAB XXIX; 2019 ).** Em decorrência de grave dano ambiental em uma Unidade de Conservação, devido ao rompimento de barragem de contenção de sedimentos minerais, a Defensoria Pública estadual ingressa com Ação Civil Pública em face do causador do dano. Sobre a hipótese, assinale a afirmativa correta.

- A) A Ação Civil Pública não deve prosseguir, uma vez que a Defensoria Pública não é legitimada a propor a referida ação judicial.

B)A Defensoria Pública pode pedir a recomposição do meio ambiente cumulativamente ao pedido de indenizar, sem que isso configure bis in idem.

C)Tendo em vista que a conduta configura crime ambiental, a ação penal deve anteceder a Ação Civil Pública, vinculando o resultado desta.

D)A Ação Civil Pública não deve prosseguir, uma vez que apenas o IBAMA possui competência para propor Ação Civil Pública quando o dano ambiental é causado em Unidade de Conservação.

**DIREITO ADMINISTRATIVO – Virgínia da Hora Dantas**

34. (FGV – OAB XXIX; 2019 ). O Ministério Público ajuizou ação civil pública por improbidade em desfavor de Felipe dos Santos, servidor público federal estável, com fulcro no Art. 10, inciso IV, da Lei nº 8429/92. O servidor teria facilitado a alienação de bens públicos a certa sociedade empresária, alienação essa que, efetivamente, causou lesão ao erário, sendo certo que, nos autos do processo, restou demonstrado que o agente público não agiu com dolo, mas com culpa. Com base na hipótese apresentada, assinale a opção que está em consonância com a legislação de regência.

A)Felipe não pode sofrer as sanções da lei de improbidade, pois todas as hipóteses capituladas na lei exigem o dolo específico para a sua caracterização.

B)É passível a caracterização da prática de ato de improbidade administrativa por Felipe, pois a modalidade culposa é admitida para a conduta a ele imputada.

C)Não é cabível a caracterização de ato de improbidade por Felipe, na medida em que apenas os atos que atentam contra os princípios da Administração Pública admitem a modalidade culposa.

D)Felipe não praticou ato de improbidade, pois apenas os atos que importam em enriquecimento ilícito admitem a modalidade culposa.

35. (FGV – OAB XXIX; 2019 ). O Município Alfa planeja estabelecer uma parceria público-privada para a construção e operação do metrô, cujo contrato terá vigência de trinta e cinco anos. Como a receita com a venda das passagens é inferior ao custo de implantação/operação do serviço, o ente local aportará recursos como complementação da remuneração do parceiro privado. Sobre a questão, assinale a afirmativa correta.

A)Como o parceiro privado será remunerado pela tarifa do serviço de transporte e por uma contrapartida do poder público, a concessão será celebrada na modalidade administrativa.

B)A contrapartida do parceiro público somente pode sedar em dinheiro, não sendo permitido qualquer outro mecanismo, a exemplo da outorga de direitos em face da Administração Pública.

C)A vigência do futuro contrato é adequada, mas, por se tratar de negócio com duração de trinta e cinco anos, não poderá haver prorrogação contratual.

D)Independentemente da proporção da contrapartida do parceiro público frente ao total da receita auferida pelo parceiro privado, não haverá necessidade de autorização legislativa específica.

36. (FGV – OAB XXIX; 2019 ). Virgílio é proprietário de um imóvel cuja fachada foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, autarquia federal, após o devido processo administrativo, diante de seu relevante valor histórico e cultural. O logradouro em que o imóvel está localizado foi assolado por fortes chuvas, que comprometeram a estrutura da edificação, a qual passou a apresentar riscos de desabamento. Em razão disso, Virgílio notificou o Poder Público e comprovou não ter condições financeiras para arcar com os custos da respectiva obra de recuperação. Certo de

que a comunicação foi recebida pela autoridade competente, que atestou a efetiva necessidade da realização de obras emergenciais, Virgílio procurou você, como advogado(a), para, mediante orientação jurídica adequada, evitar a imposição de sanção pelo Poder Público. Sobre a hipótese apresentada, assinale a opção que apresenta a orientação correta.

A) Virgílio poderá demolir o imóvel.

B) A autoridade competente deve mandar executar a recuperação da fachada tombada, às expensas da União.

C) Somente Virgílio é obrigado a arcar com os custos de recuperação do imóvel.

D) As obras necessárias deverão ser realizadas por Virgílio, independentemente de autorização especial da autoridade competente.

**37. (FGV – OAB XXIX; 2019 ).** Luciana, imbuída de má-fé, falsificou documentos com a finalidade de se passar por filha de Astolfo (recentemente falecido, com quem ela não tinha qualquer parentesco), movida pela intenção de obter pensão por morte do pretenso pai, que era servidor público federal. Para tanto, apresentou os aludidos documentos forjados e logrou a concessão do benefício junto ao órgão de origem, em março de 2011, com registro no Tribunal de Contas da União, em julho de 2014. Contudo, em setembro de 2018, a administração verificou a fraude, por meio de processo administrativo em que ficou comprovada a má-fé de Luciana, após o devido processo legal. Sobre essa situação hipotética, no que concerne ao exercício da autotutela, assinale a afirmativa correta.

A) A administração tem o poder-dever de anular a concessão do benefício diante da má-fé de Luciana, pois não ocorreu a decadência.

B) O transcurso do prazo de mais de cinco anos da concessão da pensão junto ao órgão de origem importa na decadência do poder-dever da administração de anular a concessão do benefício.

C) O controle realizado pelo Tribunal de Contas por meio do registro sana o vício do ato administrativo, de modo que a administração não mais pode exercer a autotutela.

D) Ocorreu a prescrição do poder-dever da administração de anular a concessão do benefício, na medida em que transcorrido o prazo de três anos do registro perante o Tribunal de Contas.

**38. (FGV – OAB XXIX; 2019 ).** O poder público, com fundamento na Lei nº 8.987/1995, pretende conceder à iniciativa privada uma rodovia que liga dois grandes centros urbanos. O edital, publicado em maio de 2018, previu a duplicação das pistas e a obrigação de o futuro concessionário desapropriar os terrenos necessários à ampliação. Por se tratar de projeto antigo, o poder concedente já havia declarado, em janeiro de 2011, a utilidade pública das áreas a serem desapropriadas no âmbito do futuro contrato de concessão. Com base na hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

A) O ônus das desapropriações necessárias à duplicação da rodovia não pode ser do futuro concessionário, mas sim do poder concedente.

B) O poder concedente e o concessionário só poderão adentrar os terrenos necessários à ampliação da rodovia após a conclusão do processo de desapropriação.

C) O decreto que reconheceu a utilidade pública dos terrenos caducou, sendo necessária a expedição de nova declaração.

D) A declaração de utilidade pública pode ser emitida tanto pelo poder concedente quanto pelo concessionário.

**39.** Assinale a opção correta acerca dos contratos administrativos, de acordo com a doutrina e a Lei 8.666/93.

- a) O fato da administração é um fato genérico e extracontratual imputável à Administração Pública, que acarreta o aumento dos custos do contrato administrativo.
- b) O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos ou supressões.
- c) Na contratação por concurso, o prêmio ou a remuneração somente serão efetuados caso o vencedor ceda os direitos patrimoniais relativos ao trabalho apresentado e a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto no regulamento.
- d) Na hipótese de caso fortuito ou força maior, a Administração não possui o dever de indenizar o contratado, ante a ausência de nexo causal.

40. De acordo com a Constituição Federal de 1988, são assegurados os seguintes direitos aos servidores públicos :

I) remuneração do trabalho noturno superior à do diurno; II) salário-família; III) piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho; IV) adicional de remuneração para atividades penosas, insalubres ou perigosas. Estão corretos os itens:

- a) Somente I  
b) I e II  
c) I e IV  
d) II e IV

**DIREITO CIVIL – Raphaela Batista**

41. (FGV – OAB XXIX; 2019 ). Márcia transitava pela via pública, tarde da noite, utilizando uma bicicleta que lhe fora emprestada por sua amiga Lúcia. Em certo momento, Márcia ouviu gritos oriundos de uma rua transversal e, ao se aproximar, verificou que um casal discutia violentamente. Ricardo, em estado de fúria e munido de uma faca, desferia uma série de ofensas à sua esposa Janaína e a ameaçava de agressão física. De modo a impedir a violência iminente, Márcia colidiu com a bicicleta contra Ricardo, o que foi suficiente para derrubá-lo e impedir a agressão, sem que ninguém saísse gravemente ferido. A bicicleta, porém, sofreu uma avaria significativa, de tal modo que o reparo seria mais caro do que adquirir uma nova, de modelo semelhante. De acordo com o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

- A) Lúcia não poderá ser indenizada pelo dano material causado à bicicleta.
- B) Márcia poderá ser obrigada a indenizar Lúcia pelo dano material causado à bicicleta, mas não terá qualquer direito de regresso.
- C) Apenas Ricardo poderá ser obrigado a indenizar Lúcia pelo dano material causado à bicicleta.
- D) Márcia poderá ser obrigada a indenizar Lúcia pelo dano material causado à bicicleta e terá direito de regresso em face de Janaína.

42. (FGV – OAB XXIX; 2019 ). Arnaldo institui usufruto de uma casa em favor das irmãs Bruna e Cláudia, que, no intuito de garantir uma fonte de renda, alugam o imóvel. Dois anos depois da constituição do usufruto, Cláudia falece, e Bruna, mesmo sem “cláusula de crescer” expressamente estipulada, passa a receber integralmente os valores decorrentes da locação. Um ano após o falecimento de Cláudia, Arnaldo vem a falecer. Seus herdeiros pleiteiam judicialmente uma parcela dos valores integralmente recebidos por Bruna no intervalo entre o falecimento de Cláudia e de Arnaldo e, concomitantemente, a



extinção do usufruto em função da morte de seu instituidor. Diante do exposto, assinale a afirmativa correta.

A) Na ausência da chamada “cláusula de crescer”, parte do usufruto teria se extinguido com a morte de Cláudia, mas o usufruto como um todo não se extingue com a morte de Arnaldo.

B) Bruna tinha direito de receber a integralidade dos aluguéis independentemente de estipulação expressa, tendo em vista o grau de parentesco com Cláudia, mas o usufruto automaticamente se extingue com a morte de Arnaldo.

C) A morte de Arnaldo só extingue a parte do usufruto que caberia a Bruna, mas permanece em vigor no que tange à parte que cabe a Cláudia, legitimando os herdeiros desta a receberem metade dos valores decorrentes da locação, caso esta permaneça em vigor.

D) A morte de Cláudia extingue integralmente o usufruto, pois instituído em caráter simultâneo, razão pela qual os herdeiros de Arnaldo têm direito de receber a integralidade dos valores recebidos por Bruna, após o falecimento de sua irmã.

43. (FGV – OAB XXIX; 2019 ). Asdrúbal praticou feminicídio contra sua esposa Ermíngarda, com quem tinha três filhos, dois menores de 18 anos e um maior. Nesse caso, quanto aos filhos, assinale a afirmativa correta. A) Asdrúbal terá suspenso o poder familiar sobre os três filhos, por ato de autoridade policial.

B) Asdrúbal perderá o poder familiar sobre os filhos menores, por ato judicial.

C) Asdrúbal terá suspenso o poder familiar sobre os filhos menores, por ato judicial.

D) Asdrúbal perderá o poder familiar sobre os três filhos, por ato de autoridade policial.

44. (FGV – OAB XXIX; 2019 ). Em 05/05/2005, Aloísio adquiriu uma casa de 500 m<sup>2</sup> registrada em nome de Bruno, que lhe vendeu o imóvel a preço de mercado. A escritura e o registro foram realizados de maneira usual. Em 05/09/2005, o imóvel foi alugado, e Aloísio passou a receber mensalmente o valor de R\$ 3.000,00 pela locação, por um período de 6 anos. Em 10/10/2009, Aloísio é citado em uma ação reivindicatória movida por Elisabeth, que pleiteia a retomada do imóvel e a devolução de todos os valores recebidos por Aloísio a título de locação, desde o momento da sua celebração. Uma vez que Elisabeth é judicialmente reconhecida como a verdadeira proprietária do imóvel em 10/10/2011, pergunta-se: é correta a pretensão da autora ao recebimento de todos os aluguéis recebidos por Aloísio?

A) Sim. Independentemente da sentença de mérito, a própria contestação automaticamente transforma a posse de Aloísio em posse de má-fé desde o seu nascedouro, razão pela qual todos os valores recebidos pelo possuidor devem ser ressarcidos.

B) Não. Sem a ocorrência de nenhum outro fato, somente após uma sentença favorável ao pedido de Elisabeth, na reivindicatória, é que seus argumentos poderiam ser considerados verdadeiros, o que caracterizaria a transformação da posse de boa-fé em posse de má-fé. Como o possuidor de má-fé tem direito aos frutos, Aloísio não é obrigado a devolver os valores que recebeu pela locação.

C) Não. Sem a ocorrência de nenhum outro fato, e uma vez que Elisabeth foi vitoriosa em seu pleito, a posse de Aloísio passa a ser qualificada como de má-fé desde a sua citação no processo – momento em que Aloísio tomou conhecimento dos fatos ao final reputados como verdadeiros –, exigindo, em tais condições, a devolução dos frutos recebidos entre 10/10/2009 e a data de encerramento do contrato de locação.

D) Não. Apesar de Elisabeth ter obtido o provimento judicial que pretendia, Aloísio não lhe deve qualquer valor, pois, sendo possuidor com justo título, tem, em seu favor, a presunção absoluta de veracidade quanto a sua boa-fé.

45. (FGV – OAB XXIX; 2019 ). Eva celebrou com sua neta Adriana um negócio jurídico, por meio do qual doava sua casa de praia para a neta caso esta viesse a se casar antes da morte da

doadora. O ato foi levado a registro no cartório do Registro de Imóveis da circunscrição do bem. Pouco tempo depois, Adriana tem notícia de que Eva não utilizava a casa de praia há muitos anos e que o imóvel estava completamente abandonado, deteriorando-se a cada dia. Adriana fica preocupada com o risco de ruína completa da casa, mas não tem, por enquanto, nenhuma perspectiva de casar-se. De acordo com o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

A) Adriana pode exigir que Eva autorize a realização de obras urgentes no imóvel, de modo a evitar a ruína da casa.

B) Adriana nada pode fazer para evitar a ruína da casa, pois, nos termos do contrato, é titular de mera expectativa de fato.

C) Adriana pode exigir que Eva lhe transfira desde logo a propriedade da casa, mas perderá esse direito se Eva vier a falecer sem que Adriana tenha se casado.

D) Adriana pode apressar-se para casar antes da morte de Eva, mas, se esta já tiver vendido a casa de praia para uma terceira pessoa ao tempo do casamento, a doação feita para Adriana não produzirá efeito.

**46. (FGV – OAB XXIX; 2019).** Gumercindo, 77 anos de idade, vinha sofrendo os efeitos do Mal de Alzheimer, que, embora não atingissem sua saúde física, perturbavam sua memória. Durante uma distração de seu enfermeiro, conseguiu evadir-se da casa em que residia. A despeito dos esforços de seus familiares, ele nunca foi encontrado, e já se passaram nove anos do seu desaparecimento. Agora, seus parentes lidam com as dificuldades relativas à administração e disposição do seu patrimônio. Assinale a opção que indica o que os parentes devem fazer para receberem a propriedade dos bens de Gumercindo.

A) Somente com a localização do corpo de Gumercindo será possível a decretação de sua morte e a transferência da propriedade dos bens para os herdeiros.

B) Eles devem requerer a declaração de ausência, com nomeação de curador dos bens, e, após um ano, a sucessão provisória; a sucessão definitiva, com transferência da propriedade dos bens, só poderá ocorrer depois de dez anos de passada em julgado a sentença que concede a abertura da sucessão provisória.

C) Eles devem requerer a sucessão definitiva do ausente, pois ele já teria mais de oitenta anos de idade, e as últimas notícias dele datam de mais de cinco anos.

D) Eles devem requerer que seja declarada a morte presumida, sem decretação de ausência, por ele se encontrar desaparecido há mais de dois anos, abrindo-se, assim, a sucessão.

**47. (FGV – OAB XXIX ; 2019).** Eva celebrou com sua neta Adriana um negócio jurídico, por meio do qual doava sua casa de praia para a neta caso esta viesse a se casar antes da morte da doadora. O ato foi levado a registro no cartório do Registro de Imóveis da circunscrição do bem. Pouco tempo depois, Adriana tem notícia de que Eva não utilizava a casa de praia há muitos anos e que o imóvel estava completamente abandonado, deteriorando-se a cada dia. Adriana fica preocupada com o risco de ruína completa da casa, mas não tem, por enquanto, nenhuma perspectiva de casar-se. De acordo com o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

A) Adriana pode exigir que Eva autorize a realização de obras urgentes no imóvel, de modo a evitar a ruína da casa.

B) Adriana nada pode fazer para evitar a ruína da casa, pois, nos termos do contrato, é titular de mera expectativa de fato.

C) Adriana pode exigir que Eva lhe transfira desde logo a propriedade da casa, mas perderá esse direito se Eva vier a falecer sem que Adriana tenha se casado.

D)Adriana pode apressar-se para casar antes da morte de Eva, mas, se esta já tiver vendido a casa de praia para uma terceira pessoa ao tempo do casamento, a doação feita para Adriana não produzirá efeito.

48. (FGV – OAB XXIX; 2019 ). Mariana e Maurílio são filhos biológicos de Aldo. Este, por sua vez, nunca escondeu ser mais próximo de seu filho Maurílio, com quem diariamente trabalhava. Quando do falecimento de Aldo, divorciado na época, seus filhos constataram a existência de testamento, que destinou todos os bens do falecido exclusivamente para Maurílio. Sobre a situação narrada, assinale a afirmativa correta.

A)O testamento de Aldo deverá ser integralmente cumprido, e, por tal razão, todos os bens do autor da herança serão transmitidos a Maurílio.

B)A disposição de última vontade é completamente nula, porque Mariana é herdeira necessária, devendo os bens ser divididos igualmente entre os dois irmãos.

C)Deverá haver redução da disposição testamentária, respeitando-se, assim, a legítima de Mariana, herdeira necessária, que corresponde a um quinhão de 50% da totalidade herança.

D)Deverá haver redução da disposição testamentária, respeitando a legítima de Mariana, herdeira necessária, que corresponde a um quinhão de 25% da totalidade da herança.

49.(FGV – OAB XXIX; 2019 ). Júlio, após completar 17 anos de idade, deseja, contrariando seus pais adotivos, buscar informações sobre a sua origem biológica junto à Vara da Infância e da Juventude de seu domicílio. Lá chegando, a ele é informado que não poderia ter acesso ao seu processo, pois a adoção é irrevogável. Inconformado, Júlio procura um amigo, advogado, a fim de fazer uma consulta sobre seus direitos. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a opção que apresenta a orientação jurídica correta para Júlio.

A)Ele poderá ter acesso ao processo, desde que receba orientação e assistência jurídica e psicológica.

B)Ele não poderá ter acesso ao processo até adquirir a maioridade.

C)Ele poderá ter acesso ao processo apenas se assistido por seus pais adotivos.

D)Ele não poderá ter acesso ao processo, pois a adoção é irrevogável.

**DIREITO DO TRABALHO – Gustavo Veras**

50. (FGV – OAB XXIX –Exame da Ordem – Primeira Fase- 2019 ). Rogério foi admitido, em 08/12/2017, em uma locadora de automóveis, como responsável pelo setor de contratos, razão pela qual não necessitava comparecer diariamente à empresa, pois as locações eram feitas on-line. Rogério comparecia à locadora uma vez por semana para conferir e assinar as notas de devolução dos automóveis. Assim, Rogério trabalhava em sua residência, com todo o equipamento fornecido pelo empregador, sendo que seu contrato de trabalho previa expressamente o trabalho remoto a distância e as atividades desempenhadas. Após um ano trabalhando desse modo, o empregador entendeu que Rogério deveria trabalhar nas dependências da empresa. A decisão foi comunicada a Rogério, por meio de termo aditivo ao contrato de trabalho assinado por ele, com 30 dias de antecedência. Ao ser dispensado em momento posterior, Rogério procurou você, como advogado(a), indagando sobre possível ação trabalhista por causa desta situação. Sobre a hipótese de ajuizamento, ou não, da referida ação, assinale a afirmativa correta.

A)Não se tratando da modalidade de teletrabalho, deverá ser requerida a desconsideração do trabalho em domicílio, já que havia comparecimento semanal nas dependências do empregador.

B) Não deverá ser requerido o pagamento de horas extras pelo trabalho sem limite de horário, dado o trabalho em domicílio, porém poderá ser requerido trabalho extraordinário em virtude das ausências de intervalo de 11h entre os dias de trabalho, bem como o intervalo para repouso e alimentação.

**C) Em vista da modalidade de teletrabalho, a narrativa não demonstra qualquer irregularidade a ser requerida em eventual demanda trabalhista.**

D) Deverá ser requerido que os valores correspondentes aos equipamentos usados para o trabalho em domicílio sejam considerados salário-utilidade.

**51. (FGV – OAB XXVIII – Exame da Ordem – Primeira Fase- 2018 ).** A sociedade empresária Beta Ltda. Está passando por grave crise econômica e financeira e, em razão disso, resolveu reduzir drasticamente suas atividades, encerrando unidades e terceirizando grande parte dos seus serviços. Por conta disso, a empresa, que possuía 500 empregados, dispensou 450 deles no dia 23 de janeiro de 2018. Diante do caso apresentado e dos preceitos da CLT, assinale a afirmativa correta.

A) Trata-se de dispensa em massa, sendo nula porque não autorizada em norma coletiva.

B) Equivocou-se a empresa, porque para realizar a dispensa coletiva ela é obrigada a oferecer antes adesão ao Programa de Demissão Voluntária (PDV).

C) A ordem de antiguidade obrigatoriamente deve ser respeitada, pelo que os 50 empregados mais antigos não poderão ser dispensados.

D) A dispensa ocorreu validamente, pois a dispensa coletiva é equiparada à dispensa individual.

**52. (FGV – OAB XXVIII – Exame da Ordem – Primeira Fase- 2018 ).** Gerson Filho é motorista rodoviário e trabalha na sociedade empresária Viação Canela de Ouro Ltda. No dia 20 de agosto de 2018, ele se envolveu em grave acidente automobilístico, sendo, ao final da investigação, verificado que Gerson foi o responsável pelo sinistro, tendo atuado com dolo no evento danoso. Em razão disso, teve a perda da sua habilitação determinada pela autoridade competente. O empregador procura você, como advogado(a), afirmando que não há vaga disponível para Gerson em outra atividade na empresa e desejando saber o que deverá fazer para solucionar a questão da maneira mais econômica e em obediência às normas de regência. Diante desta situação e dos termos da CLT, assinale a afirmativa correta.

A) O contrato de Gerson deverá ser suspenso.

B) O empregador deverá interromper o contrato de Gerson.

**C) O contrato do empregado deverá ser rompido por justa causa.**

D) A empresa deverá dispensar Gerson sem justa causa.

**53. (FGV – OAB XXVIII – Exame da Ordem – Primeira Fase- 2018 ).** Rita de Cássia é enfermeira em um hospital desde 10/01/2018, no qual trabalha em regime de escala de 12x36 horas, no horário das 7.00 às 19.00 horas. Tal escala encontra-se prevista na convenção coletiva da categoria da empregada. Alguns plantões cumpridos por Rita de Cássia coincidiram com domingos e outros, com feriados. Em razão disso, a empregada solicitou ao seu gestor que as horas cumpridas nesses plantões fossem pagas em dobro. Sobre a pretensão da empregada, diante do que preconiza a CLT, assinale a afirmativa correta.

A) Ela fará jus ao pagamento com adicional de 100% apenas nos feriados.

B) Ela não terá direito ao pagamento em dobro nem nos domingos nem nos feriados.

C) Ela terá direito ao pagamento em dobro da escala que coincidir com o domingo.

D) Ela receberá em dobro as horas trabalhadas nos domingos e feriados.

53. Assinale a alternativa correta sobre o contrato de trabalho intermitente:

- (A) O período de inatividade será considerado tempo à disposição do empregador, podendo o trabalhador prestar serviços a outros contratantes.
- (B) O empregador convocará, por qualquer meio de comunicação eficaz, para a prestação de serviços, informando qual será a jornada, com, pelo menos, cinco dias corridos de antecedência;
- (C) Recebida a convocação, o empregado terá o prazo de um dia útil para responder ao chamado, presumindo-se, no silêncio, a aceitação. A recusa da oferta não descaracteriza a subordinação para fins do contrato de trabalho intermitente;
- (D) Aceita a oferta para o comparecimento ao trabalho, a parte que descumprir, sem justo motivo, pagará à outra parte, no prazo de trinta dias, multa de 50% (cinquenta por cento) da remuneração que seria devida, permitida a compensação em igual prazo;

54. Assinale a alternativa INCORRETA, no que diz respeito à figura do empregador, de acordo com a CLT:

- (A) Equiparam-se ao empregador, para fins de relação de emprego as associações recreativas que admitirem trabalhadores como empregados;
- (B) Sempre que uma ou mais empresas, ainda que tenham personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, ou ainda quando, mesmo guardando cada uma sua autonomia, integram grupo econômico, serão responsáveis solidariamente pelas obrigações decorrentes da relação de emprego;
- (C) Caracteriza grupo econômico a mera identidade de sócios, não sendo necessárias, para a configuração do grupo, a demonstração do interesse integrado, a efetiva comunhão de interesses e a atuação conjunta das empresas dele integrantes;
- (D) A mudança na propriedade, ainda que haja mudança na estrutura jurídica da empresa, não afetará os contratos de trabalho dos respectivos empregados.

#### FILOSOFIA DO DIREITO

**55. (FGV – OAB XXVIII –Exame da Ordem – Primeira Fase- 2018 ).** Sobre a relação entre validade e justiça da norma, o jusfilósofo Hans Kelsen, em seu livro O Problema da Justiça, sustenta o princípio do positivismo jurídico, para afirmar que:

*“ Isso pressupõe que a norma de justiça e a norma do direito positivo sejam consideradas como simultaneamente válidas. Tal, porém, não é possível, se as duas normas estão em contradição, quer dizer, entram em conflito uma com a outra. Nesse caso apenas uma pode ser considerada como válida”.* Hans Kelsen

- A) a validade de uma norma do direito positivo é independente da validade de uma norma de justiça.
- B) o direito possui uma textura aberta que confere, ao intérprete, a possibilidade de buscar um equilíbrio entre interesses conflitantes.
- C) o valor de justiça do ato normativo define a validade formal da norma; por isso valor moral e valor jurídico se confundem no direito positivo.
- D) a validade de uma norma jurídica se refere à sua dimensão normativa positiva, à sua dimensão axiológica, e também, à sua dimensão fática.

**56. (FGV – OAB XXVIII –Exame da Ordem – Primeira Fase- 2018).** Uma das mais importantes questões para a Filosofia do Direito diz respeito ao procedimento que define uma norma jurídica como sendo válida. Para o jusfilósofo Herbert Hart, em O Conceito de Direito, o fundamento de validade do Direito baseia-se na existência de uma regra de reconhecimento,

sem a qual não seria possível a existência de ordenamentos jurídicos. Segundo Hart, assinale a opção que define regra de reconhecimento.

- A) Regra que exige que os seres humanos pratiquem ou se abstenham de praticar certos atos, quer queiram quer não.
- B) Regra que estabelece critérios segundo os quais uma sociedade considera válida a existência de suas próprias normas jurídicas.
- C) Regra que impõe deveres a todos aqueles que são reconhecidos como cidadãos sob a tutela do Estado.
- D) Regra que reconhece grupos excluídos e minorias sociais como detentores de direitos fundamentais.

**DIREITO INTERNACIONAL**

**57. (FGV – OAB XXX – Exame da Ordem – Primeira Fase- 2020).** Em razão da profunda crise econômica e da grave instabilidade institucional que assola seu país, Pablo resolve migrar para o Brasil, uma vez que, neste último, há melhores oportunidades para exercer seu trabalho e sustentar sua família. Em que pese Pablo possuir a finalidade de trabalhar, acabou por omitir tal informação, obtendo visto de visita, na modalidade turismo, para o Brasil. Considerando-se o enunciado acima, à luz da Lei de Migração em vigor (Lei nº 13.445/17), assinale a afirmativa correta.

- a) Se Pablo, com o visto de visita, vier a exercer atividade remunerada no Brasil, poderá ser expulso do país.
- b) Se Pablo, com o visto de visita, vier a exercer atividade remunerada no Brasil, poderá ser extraditado do país.
- c) Pablo poderia solicitar, bem como obter, visto temporário para acolhida humanitária, diante da grave instabilidade institucional que assola seu país.
- d) Pablo poderá obter asilo, em razão da profunda crise econômica que assola seu país.

**58. (FGV – OAB XXVIII – Exame da Ordem – Primeira Fase- 2019).** O padrasto de Ana Maria, rotineiramente, abre sua correspondência física e entra em sua conta de e-mail sem autorização, ainda que a jovem seja maior de idade. Cansada dessa ingerência arbitrária e sem o amparo de sua própria mãe, a jovem busca apoio na organização de direitos humanos em que você atua. Com base no Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (PIDCP), assinale a opção que indica o esclarecimento correto que você, como advogado(a), prestou a Ana Maria.

- a) O Pacto prevê a prevalência do poder familiar nas relações familiares e, como a conduta do padrasto tem a concordância da mãe de Ana Maria, ainda que seja inconveniente, essa conduta não pode ser considerada uma violação de direitos.
- b) O Pacto assegura o direito à privacidade nas relações em gerais, mas nas relações especificamente familiares admite ingerências arbitrárias se forem voltadas para a proteção e o cuidado.
- c) O Pacto dispõe que ninguém poderá ser objeto de ingerências arbitrárias ou ilegais em sua vida privada, em sua família, em seu domicílio ou em sua correspondência.
- d) O Pacto é omissivo em relação à prática de ingerências arbitrárias na vida privada e na família, tratando apenas da proteção da privacidade na vida pública e em face da conduta do Estado.

**DIREITO DO CONSUMIDOR**

**59. (FGV – OAB XXXI – Exame da Ordem – Primeira Fase- 2020).** O médico de João indicou a necessidade de realizar a cirurgia de gastroplastia (bariátrica) como tratamento de obesidade

mórbida, com a finalidade de reduzir peso. Posteriormente, o profissional de saúde explicou a necessidade de realizar a cirurgia plástica pós-gastroplastia, visando à remoção de excesso epitelial que comumente acomete os pacientes nessas condições, impactando a qualidade de vida daquele que deixou de ser obeso mórbido. Nesse caso, nos termos do Código de Defesa do Consumidor e do entendimento do STJ, o plano de saúde de João:

- a) terá que custear ambas as cirurgias, porque configuram tratamentos, sendo a cirurgia plástica medida reparadora; portanto, terapêutica.
- b) terá que custear apenas a cirurgia de gastroplastia, e não a plástica, considerada estética e excluída da cobertura dos planos de saúde.
- c) não terá que custear as cirurgias, exceto mediante previsão contratual expressa para esses tipos de procedimentos.
- d) não terá que custear qualquer das cirurgias até que passem a integrar o rol de procedimentos da ANS, competente para a regulação das coberturas contratuais.

**60. (FGV – OAB XXXI – Exame da Ordem – Primeira Fase – 2020).** Adriano, por meio de um site especializado, efetuou reserva de hotel para estada com sua família em praia caribenha. A reserva foi imediatamente confirmada pelo site, um mês antes das suas férias, quando fariam a viagem. Ocorre que, dez dias antes do embarque, o site especializado comunicou a Adriano que o hotel havia informado o cancelamento da contratação por erro no parcelamento com o cartão de crédito. Adriano, então, buscou nova compra do serviço, mas os valores estavam cerca de 30% mais caros do que na contratação inicial, com o qual anuiu por não ser mais possível alterar a data de suas férias. Ao retornar de viagem, Adriano procurou você, como advogado(a), a fim de saber se seria possível a restituição dessa diferença de valores. Neste caso, é correto afirmar que o ressarcimento da diferença arcada pelo consumidor:

- a) poderá ser buscado em face exclusivamente do hotel, fornecedor que cancelou a contratação.
- b) poderá ser buscado em face do site de viagens e do hotel, que respondem solidariamente, por comporem a cadeia de fornecimento do serviço.
- c) não poderá ser revisto, porque o consumidor tinha o dever de confirmar a compra em sua fatura de cartão de crédito.
- d) poderá ser revisto, sendo a responsabilidade exclusiva do site de viagens, com base na teoria da aparência, respondendo o hotel apenas subsidiariamente.

#### DIREITO CONSTITUCIONAL – Ingrid Dantas

61. Nos termos da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) São de iniciativa geral ou comum leis que versem sobre o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.
- b) A sanção do projeto de lei supre a falta de iniciativa do Poder Executivo.
- c) É constitucional a disciplina, na Carta do Estado, de matéria cuja iniciativa de projeto de lei é reservada ao Governador, uma vez que as regras de iniciativa privativa previstas na Constituição Federal são aplicáveis por simetria aos Estados apenas no que tange à legislação infraconstitucional.
- d) A atribuição, exclusivamente ao chefe do Poder Executivo estadual, da iniciativa do projeto de Lei Orgânica do Ministério Público, configura violação à Constituição Federal, que faculta tal prerrogativa aos Procuradores-Gerais de Justiça.
- e) É constitucional norma da Constituição do Estado que atribui iniciativa do Governador para lei de organização judiciária.

62. Assinale a alternativa correta de acordo com a Constituição Federal de 1988.

- a) O princípio da segurança jurídica pode ser invocado para autorizar a modulação dos efeitos da decisão de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo no âmbito do controle abstrato, bem como no controle difuso de constitucionalidade, mas não permite a modulação dos efeitos da decisão de não-recepção de leis pré-constitucionais.
- b) Segundo a doutrina majoritária, fala-se em inconstitucionalidade formal orgânica quando há a inobservância do devido processo legislativo na fase de iniciativa, a exemplo da lei de iniciativa privativa do Presidente da República cujo projeto é deflagrado por um Senador da República.
- c) Segundo aponta a doutrina, a ideia moderna de controle de constitucionalidade realizado por todos os órgãos do Poder Judiciário nasceu do caso Madison versus Marbury, de 1803, em que o Juiz John Marshall da Suprema Corte Americana afirmou que é próprio da atividade jurisdicional interpretar e aplicar a lei, e, ao fazê-lo, em caso de contradição entre a legislação e a Constituição, o tribunal deve aplicar esta última por ser superior a qualquer lei ordinária do Poder Legislativo.
- d) O controle de constitucionalidade difuso é sempre realizado de forma incidental e concreto, ao passo que o controle de constitucionalidade concentrado sempre ocorre de forma principal e abstrata.

63. De acordo com as lições da doutrina, assinale a alternativa incorreta.

- a) O constitucionalismo contemporâneo engloba o transconstitucionalismo ou constitucionalismo de níveis múltiplos, fenômeno este pelo qual diversas ordens jurídicas de um mesmo Estado, ou de Estados diferentes, se entrelaçam para resolver problemas constitucionais.
- b) A concepção jurídica de Constituição, idealizada por Konrad Hesse, perpassa pela divisão dos sentidos de Constituição em lógico-jurídico – como norma fundamental hipotética – e jurídicopositivo – como lei nacional no seu mais alto grau.
- c) Os elementos socioideológicos da Constituição Federal de 1988 correspondem às normas que revelam o caráter de compromisso das constituições modernas entre o Estado Individualista e o Estado Social, intervencionista, a exemplo do disposto nos Títulos que tratam da ordem econômica e financeira e da ordem social.
- d) Enquanto a Constituição dogmática se apresenta como produto escrito e sistematizado por um órgão constituinte, a partir de princípios e ideias fundamentais da teoria política e do direito dominante, a Constituição histórica é fruto da lenta e contínua síntese da História e tradições de um determinado povo.

64. (FGV – OAB XXXI–Exame da Ordem – Primeira Fase- 2020). O governo federal, visando ao desenvolvimento e à redução das desigualdades no sertão nordestino do Brasil, editou a Lei Complementar Y, que dispôs sobre a concessão de isenções e reduções temporárias de tributos federais devidos por pessoas físicas e jurídicas situadas na referida região. Sobre a Lei Complementar Y, assinale a afirmativa correta.

- a) É formalmente inconstitucional, eis que a Constituição da República de 1988 proíbe expressamente a criação de regiões, para efeitos administrativos, pela União.
- b) É materialmente inconstitucional, sendo vedada a concessão de incentivos regionais de tributos federais, sob pena de violação ao princípio da isonomia federativa.
- c) É formal e materialmente constitucional, sendo possível que a União conceda incentivos visando ao desenvolvimento econômico e à redução das desigualdades no sertão nordestino.
- d) Apresenta inconstitucionalidade formal subjetiva, eis que cabe aos Estados e ao Distrito Federal, privativamente, criar regiões administrativas visando ao seu desenvolvimento e à redução das desigualdades.

65. (FGV – OAB XXVIII–Exame da Ordem – Primeira Fase- 2018). A população do Estado X, insatisfeita com os rumos da política nacional e os sucessivos escândalos de corrupção que



assolam todas as esferas do governo, inicia uma intensa campanha pleiteando sua separação do restante da Federação brasileira. Um plebiscito é então organizado e 92% dos votantes opinaram favoravelmente à independência do Estado. Sobre a hipótese, com base no texto constitucional, assinale a afirmativa correta.

a) Diante do expressivo quórum favorável à separação do Estado X, a Assembleia Legislativa do referido ente deverá encaminhar ao Congresso Nacional proposta de Emenda Constitucional que, se aprovada, viabilizará a secessão do Estado X.

b) Para o exercício do direito de secessão, exige-se lei estadual do ente separatista, dentro do período determinado por Lei Complementar federal, dependendo ainda de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos demais Estados, após divulgação dos estudos de viabilidade, apresentados e publicados na forma da lei.

c) Diante da autonomia dos entes federados, admite-se a dissolução do vínculo existente entre eles, de modo que o Estado X poderia formar um novo país, mas, além da aprovação da população local por meio de plebiscito ou referendo, seria necessária a edição de Lei Complementar federal autorizando a separação.

d) A forma federativa de Estado é uma das cláusulas pétreas que norteiam a ordem constitucional brasileira, o que conduz à conclusão de que se revela inviável o exercício do direito de secessão por parte de qualquer dos entes federados, o que pode motivar a intervenção federal.

**66. (FGV – OAB XXVIII–Exame da Ordem – Primeira Fase- 2019).** Pablo, cidadão espanhol, decide passar férias no litoral do Nordeste brasileiro. Durante sua estadia, de modo acidental, corta-se gravemente com o facão que manuseava para abrir um coco verde, necessitando de imediato e urgente atendimento hospitalar. Ocorre que o hospital de emergência da localidade se recusa a atender Pablo, ao argumento de que, por ser estrangeiro, ele não faria jus aos serviços do Sistema Único de Saúde, devendo procurar um hospital particular. Com base na situação fictícia narrada, assinale a afirmativa correta.

a) A Constituição da República, no caput do Art. 5º, assegura a igualdade de todos os brasileiros natos e naturalizados perante a lei, sem distinções de qualquer natureza, de modo que Pablo, por ser estrangeiro, não faz jus ao direito social à saúde.

b) A saúde, na qualidade de direito social, apenas pode ser prestada àqueles que contribuem para a manutenção da seguridade social; diante da impossibilidade de Pablo fazê-lo, por ser estrangeiro, não pode ser atendido pelos hospitais que integram o Sistema Único de Saúde.

c) O Sistema Único de Saúde rege-se pelo princípio da universalidade da tutela à saúde, direito fundamental do ser humano; logo, ao ingressar no território brasileiro, Pablo, mesmo sendo cidadão espanhol, tem direito ao atendimento médico público e gratuito em caso de urgência.

d) Pablo, apenas pode ser atendido em hospital público que integre o Sistema Único de Saúde caso se comprometa a custear todas as despesas com seu tratamento, salvo comprovação de ser hipossuficiente econômico, circunstância excepcional na qual terá direito ao atendimento gratuito.

**67. (FGV – OAB XXIX–Exame da Ordem – Primeira Fase- 2019).** Durval, cidadão brasileiro e engenheiro civil, desempenha trabalho voluntário na ONG Transparência, cujo principal objetivo é apurar a conformidade das contas públicas e expor eventuais irregularidades, apresentando reclamações e denúncias aos órgãos e entidades competentes. Ocorre que, durante o ano de 2018, a Secretaria de Obras do Estado Alfa deixou de divulgar em sua página da Internet informações referentes aos repasses de recursos financeiros, bem como foram omitidos os registros das despesas realizadas. Por essa razão, Durval compareceu ao referido órgão e protocolizou pedido de acesso a tais informações, devidamente especificadas. Em resposta à solicitação, foi comunicado que os dados requeridos são de natureza sigilosa, somente podendo ser disponibilizados mediante requisição do Ministério Público ou do

Tribunal de Contas. A partir do enunciado proposto, com base na legislação vigente, assinale a afirmativa correta.

- a) A decisão está em desacordo com a ordem jurídica, pois os órgãos e entidades públicas têm o dever legal de promover, mesmo sem requerimento, a divulgação, em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral que produzam ou custodiam.
- b) Assiste razão ao órgão público no que concerne tão somente ao sigilo das informações relativas aos repasses de recursos financeiros, sendo imprescindível a requisição do Ministério Público ou do Tribunal de Contas para acessar tais dados.
- c) Assiste razão ao órgão público no que concerne tão somente ao sigilo das informações relativas aos registros das despesas realizadas, sendo imprescindível a requisição do Ministério Público ou do Tribunal de Contas para acessar tais dados.
- d) Assiste razão ao órgão público no que concerne ao sigilo das informações postuladas, pois tais dados apenas poderiam ser pessoalmente postulados por Durval caso estivesse devidamente assistido por advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil.

**68. (FGV – OAB XXIX – Exame da Ordem – Primeira Fase- 2019).** O diretor da unidade prisional de segurança máxima ABC expede uma portaria vedando, no âmbito da referida entidade de internação coletiva, quaisquer práticas de cunho religioso direcionadas aos presos, apresentando, como motivo para tal ato, a necessidade de a Administração Pública ser laica. A partir da situação hipotética narrada, assinale a afirmativa correta.

- a) A motivação do ato administrativo encontra-se equivocada, uma vez que o preâmbulo da Constituição da República de 1988 faz expressa menção à “proteção de Deus”, também assegurando aos entes federados ampla liberdade para estabelecer e subvencionar os cultos religiosos e igrejas.
- b) O ato expedido pelo diretor encontra plena correspondência com a ordem constitucional brasileira, a qual veda, aos entes federados, estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los ou firmar qualquer espécie de colaboração de interesse público.
- c) A Constituição da República de 1988 dispõe que, nos termos da lei, é assegurada assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva, de modo que a portaria expedida pelo diretor viola um direito fundamental dos internos.
- d) Inexiste incompatibilidade entre a portaria e a Constituição da República de 1988, uma vez que a liberdade religiosa apenas se apresenta no ensino confessional, ministrado, em caráter facultativo, nos estabelecimentos públicos e privados de ensino, não sendo tal direito extensível aos presos.

## DIREITO PENAL – Douglas Bastos

**69. (FGV – OAB XXI – Exame da Ordem – Primeira Fase- 2017).** Felipe sempre sonhou em ser proprietário de um veículo de renomada marca mundial. Quando soube que uma moradora de sua rua tinha um dos veículos de seu sonho em sua garagem, Felipe combinou com Caio e Bruno de os dois subtraírem o veículo, garantindo que ficaria com o produto do crime e que Caio e Bruno iriam receber determinado valor, o que efetivamente vem a ocorrer. Após receber o carro, Felipe o leva para sua casa de praia, localizada em outra cidade do mesmo Estado em que reside. Os fatos são descobertos e o veículo é apreendido na casa de veraneio de Felipe. Considerando as informações narradas, é correto afirmar que Felipe deverá ser responsabilizado pela prática do crime de

- a) furto simples.
- b) favorecimento real.
- c) furto qualificado pelo concurso de agentes.
- d) receptação.

**70. (FGV – OAB XXXI–Exame da Ordem – Primeira Fase- 2020).** Caio, funcionário público, Antônio, empresário, Ricardo, comerciante, e Vitor, adolescente, de forma recorrente se reúnem, de maneira estruturalmente ordenada e com clara divisão de tarefas, inclusive Antônio figurando como líder, com o objetivo de organizarem a prática de diversos delitos de falsidade ideológica de documento particular (Art. 299 do CP: pena: 01 a 03 anos de reclusão e multa). Apesar de o objetivo ser a falsificação de documentos particulares, Caio utilizava-se da sua função pública para obter as informações a serem inseridas de forma falsa na documentação. Descobertos os fatos, Caio, Ricardo e Antônio foram denunciados, devidamente processados e condenados como incurso nas sanções do Art. 2º da Lei nº 12.850/13 (constituir organização criminosa), sendo reconhecidas as causas de aumento em razão do envolvimento de funcionário público e em razão do envolvimento de adolescente. A Antônio foi, ainda, agravada a pena diante da posição de liderança. Constituído nos autos apenas para defesa dos interesses de Antônio, o advogado, em sede de recurso, sob o ponto de vista técnico, de acordo com as previsões legais, deverá requerer

- a) desclassificação para o crime de associação criminosa, previsto no Código Penal (antigo bando ou quadrilha).
- b) afastamento da causa de aumento em razão do envolvimento de adolescente, diante da ausência de previsão legal.
- c) afastamento da causa de aumento em razão da presença de funcionário público, tendo em vista que Antônio não é funcionário público e nem equiparado, devendo a majorante ser restrita a Caio.
- d) afastamento da agravante, pelo fato de Antônio ser o comandante da organização criminosa, uma vez que tal incremento da pena não está previsto na Lei nº 12.850/13.

**71. (FGV – OAB XXXI–Exame da Ordem – Primeira Fase- 2020).** Maria, em uma loja de departamento, apresentou roupas no valor de R\$ 1.200 (mil e duzentos reais) ao caixa, buscando efetuar o pagamento por meio de um cheque de terceira pessoa, inclusive assinando como se fosse a titular da conta. Na ocasião, não foi exigido qualquer documento de identidade. Todavia, o caixa da loja desconfiou do seu nervosismo no preenchimento do cheque, apesar da assinatura perfeita, e consultou o banco sacado, constatando que aquele documento constava como furtado. Assim, Maria foi presa em flagrante naquele momento e, posteriormente, denunciada pelos crimes de estelionato e falsificação de documento público, em concurso material. Confirmados os fatos, o advogado de Maria, no momento das alegações finais, sob o ponto de vista técnico, deverá buscar o reconhecimento:

- a) do concurso formal entre os crimes de estelionato consumado e falsificação de documento público.
- b) do concurso formal entre os crimes de estelionato tentado e falsificação de documento particular.
- c) de crime único de estelionato, na forma consumada, afastando-se o concurso de crimes.
- d) de crime único de estelionato, na forma tentada, afastando-se o concurso de crimes.

**72. (FGV – OAB XXXI–Exame da Ordem – Primeira Fase- 2020).** Inconformado por estar desempregado, Lúcio resolve se embriagar. Quando se encontrava no interior do coletivo retornando para casa, ele verifica que o passageiro sentado à sua frente estava dormindo, e o telefone celular deste estava solto em seu bolso. Aproveitando-se da situação, Lúcio subtrai o aparelho sem ser notado pelo lesado, que continuava dormindo profundamente. Ao tentar sair do coletivo, Lúcio foi interpelado por outro passageiro, que assistiu ao ocorrido, iniciando-se uma grande confusão, que fez com que o lesado acordasse e verificasse que seu aparelho fora subtraído. Após denúncia pelo crime de furto qualificado pela destreza e regular processamento do feito, Lúcio foi condenado nos termos da denúncia, sendo, ainda, aplicada a agravante da embriaguez preordenada, já que Lúcio teria se embriagado dolosamente.

Considerando apenas as informações expostas e que os fatos foram confirmados, o(a) advogado(a) de Lúcio, no momento da apresentação de recurso de apelação, poderá requerer

a) o reconhecimento de causa de diminuição de pena diante da redução da capacidade em razão da sua embriaguez, mas não o afastamento da qualificadora da destreza.

b) a desclassificação para o crime de furto simples, mas não o afastamento da agravante da embriaguez preordenada.

c) a desclassificação para o crime de furto simples e o afastamento da agravante, não devendo a embriaguez do autor do fato interferir na tipificação da conduta ou na dosimetria da pena.

d) a absolvição, diante da ausência de culpabilidade, em razão da embriaguez completa.

**73. (FGV – OAB XXXI–Exame da Ordem – Primeira Fase- 2020).** Yuri foi denunciado pela suposta prática de crime de estupro qualificado em razão da idade da vítima, porque teria praticado conjunção carnal contra a vontade de Luana, de 15 anos, mediante emprego de grave ameaça. No curso da instrução, Luana mudou sua versão e afirmou que, na realidade, havia consentido na prática do ato sexual, sendo a informação confirmada por Yuri em seu interrogatório. Considerando apenas as informações expostas, no momento de apresentar alegações finais, a defesa técnica de Yuri deverá pugnar por sua absolvição, sob o fundamento de que o consentimento da suposta ofendida, na hipótese, funciona como:

a) causa suprallegal de exclusão da ilicitude.

b) causa legal de exclusão da ilicitude.

c) fundamento para reconhecimento da atipicidade da conduta.

d) causa suprallegal de exclusão da culpabilidade.

**74. (FGV – OAB XXXI–Exame da Ordem – Primeira Fase- 2020).** Caio, funcionário público, Antônio, empresário, Ricardo, comerciante, e Vitor, adolescente, de forma recorrente se reúnem, de maneira estruturalmente ordenada e com clara divisão de tarefas, inclusive Antônio figurando como líder, com o objetivo de organizarem a prática de diversos delitos de falsidade ideológica de documento particular (Art. 299 do CP: pena: 01 a 03 anos de reclusão e multa). Apesar de o objetivo ser a falsificação de documentos particulares, Caio utilizava-se da sua função pública para obter as informações a serem inseridas de forma falsa na documentação. Descobertos os fatos, Caio, Ricardo e Antônio foram denunciados, devidamente processados e condenados como incurso nas sanções do Art. 2º da Lei nº 12.850/13 (constituir organização criminosa), sendo reconhecidas as causas de aumento em razão do envolvimento de funcionário público e em razão do envolvimento de adolescente. A Antônio foi, ainda, agravada a pena diante da posição de liderança. Constituído nos autos apenas para defesa dos interesses de Antônio, o advogado, em sede de recurso, sob o ponto de vista técnico, de acordo com as previsões legais, deverá requerer:

a) desclassificação para o crime de associação criminosa, previsto no Código Penal (antigo bando ou quadrilha).

b) afastamento da causa de aumento em razão do envolvimento de adolescente, diante da ausência de previsão legal.

c) afastamento da causa de aumento em razão da presença de funcionário público, tendo em vista que Antônio não é funcionário público e nem equiparado, devendo a majorante ser restrita a Caio.

d) afastamento da agravante, pelo fato de Antônio ser o comandante da organização criminosa, uma vez que tal incremento da pena não está previsto na Lei nº 12.850/13.

#### DIREITOS HUMANOS

**75. (FGV – OAB XXXI–Exame da Ordem – Primeira Fase- 2020).** Recentemente houve grande polêmica na cidade de Piraporanga, porque o Prefeito proibiu o museu local de realizar uma

exposição, sob a alegação de que as obras de arte misturavam temas religiosos com conteúdos sexuais, além de haver quadros e esculturas obscenas. Você é contratada(o) para atuar no caso pelos autores das obras de arte e por intelectuais. Com base na Convenção Americana de Direitos Humanos e na Constituição Federal de 1988, assinale a opção que apresenta o argumento que você, como advogada(o), deveria adotar.

a) A censura prévia por autoridades administrativas competentes, como mecanismo eficaz para assegurar o respeito à reputação de pessoas e como forma de garantir a moralidade pública, deve ser admitida.

b) O exercício da liberdade de expressão e o da criação artística estão sujeitos à censura prévia, mas apenas por força de lei devidamente justificada, como forma de proteção da honra individual e da moral pública.

c) A liberdade de expressão e de criação artística estão sujeitas à censura prévia pelas autoridades competentes quando elas ocorrem por meio de exposições em museus, tendo em vista a proteção da memória nacional e da ordem pública.

d) A lei pode regular o acesso a diversões e espetáculos públicos, tendo em vista a proteção moral da infância e da adolescência, sendo vedada, porém, toda e qualquer censura prévia de natureza política, ideológica e artística.

**76. (FGV – OAB XXX–Exame da Ordem – Primeira Fase- 2019).** Um rapaz, que era pessoa em situação de rua, acabou de sair da prisão. Ele fora condenado pelo crime de latrocínio e, posteriormente, a defensoria pública ajuizou, a seu favor, uma ação de revisão criminal, na qual ele foi absolvido por ausência de provas, caracterizando, assim, um erro judiciário. Nesse período, ele ficou cinco anos preso. Agora a família indaga se existe um direito de indenização em função de condenação por erro judiciário. Assinale a opção que apresenta a informação que você, na condição de advogado(a) especializado(a) em Direitos Humanos, deve prestar à família, com base na Convenção Americana Sobre Direitos Humanos.

a) O direito à indenização está previsto na Convenção Americana Sobre Direitos Humanos de forma geral, mas não há previsão expressa de indenização por erro judiciário; portanto, essa é uma construção argumentativa que deve ser produzida no caso concreto.

b) A indenização por erro judiciário não é uma matéria própria do campo dos Direitos Humanos, por isso não existe tal previsão nem na Convenção Americana Sobre Direitos Humanos, nem em nenhum outro tratado de Direitos Humanos de que o Brasil seja signatário.

c) A Convenção Americana Sobre Direitos Humanos assegura o direito à indenização por erro judiciário, mas o restringe aos erros que resultam em condenação na esfera civil, excluindo eventuais erros que ocorram na jurisdição penal.

d) A Convenção Americana Sobre Direitos Humanos dispõe que toda pessoa tem direito de ser indenizada conforme a lei, no caso de haver sido condenada em sentença transitada em julgado por erro judiciário.

## ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

**77. (FGV – OAB XXX–Exame da Ordem – Primeira Fase- 2019).** Roberta produziu, em seu computador, vídeo de animação em que se percebe a simulação de atos pornográficos entre crianças. O vídeo não mostra nenhuma imagem reconhecível, nenhuma pessoa identificável, mas apresenta, inequivocamente, figuras de crianças, e bem jovens. Sobre o fato apresentado, sob a perspectiva do Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a afirmativa correta.

a) Não é ilícito penal: o crime ocorre quando se simula a atividade pornográfica com imagens reais de crianças.

- b) É crime, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê a conduta típica de simular a participação de criança ou adolescente em cena pornográfica por meio de qualquer forma de representação visual.
- c) É crime se houver a divulgação pública do filme, pois a mera produção de filme envolvendo simulacro de imagem de criança ou adolescente em situação pornográfica não é reprovada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.
- d) Não é ilícito penal, pois a animação somente se afigura como simulação suficientemente apta a despertar a reprovabilidade criminal se reproduzir a imagem real de alguma criança diretamente identificável.

**78. (FGV – OAB XXXI–Exame da Ordem – Primeira Fase- 2020).** O adolescente João, com 16 anos completos, foi apreendido em flagrante quando praticava ato infracional análogo ao crime de furto. Devidamente conduzido o processo, de forma hígida, ele foi sentenciado ao cumprimento de medida socioeducativa de 1 ano, em regime de semiliberdade. Sobre as medidas socioeducativas aplicadas a João, assinale a afirmativa correta.

- a) A medida de liberdade assistida será fixada pelo prazo máximo de 6 meses, sendo que, ao final de tal período, caso João não se revele suficientemente ressocializado, a medida será convalidada em internação.
- b) A medida aplicada foi equivocada, pois deveria ter sido, necessariamente, determinada a internação de João.
- c) No regime de semiliberdade, João poderia sair da instituição para ocupações rotineiras de trabalho e estudo, sem necessidade de autorização judicial.
- d) A medida aplicada foi equivocada, pois não poderia, pelo fato análogo ao furto, ter a si aplicada medida diversa da liberdade assistida.

**DIREITO EMPRESARIAL – Luís Vale**

79. Assinale a alternativa correta acerca da Recuperação Judicial:

- a) A consolidação processual pressupõe, necessariamente, a consolidação substancial, de tal modo que deve ser apresentado plano único de recuperação a abarcar todas as sociedades empresárias integrantes do grupo econômico.
- b) De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, o stay period não poderá ser prorrogado, pois a Lei de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial impede a sua dilatação.
- c) A consolidação processual nada mais é do que a possibilidade de sociedades empresárias integrantes do mesmo grupo econômico pleitearem a recuperação judicial em litisconsórcio ativo, de acordo com o que já admitiu o Superior Tribunal de Justiça.
- d) O prazo para a apresentação do plano de recuperação judicial deverá ser computado em dias úteis, pois o Código de Processo Civil deverá ser aplicado subsidiariamente.

80. No que se refere ao direito societário, assinale a alternativa correta:

- a) A Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI tem natureza jurídica de sociedade unipessoal.
- b) Na sociedade em conta de participação, em caso de falência do sócio participante, dever-se-á dissolver a sociedade, pois não mais se perfaz possível dar continuidade à atividade desenvolvida.
- c) Atualmente, é possível constituir sociedade limitada unipessoal, cujo documento de constituição do sócio único será formatado, no que couber, em consonância com as disposições sobre o contrato social.
- d) A obrigação de voto em bloco, prevista em Acordo de Acionistas, pode ser invocada, por seus signatários ou por membros do Conselho de Administração, com o propósito de eximi-los da obrigação de votar em consonância com a Lei e com os interesses da Companhia.

81. (FGV – OAB XXXI–Exame da Ordem – Primeira Fase- 2020). Anadia e Deodoro são condôminos de uma quota de sociedade limitada no valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais). Nem a quota nem o capital da sociedade – fixado em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) – se encontram integralizados. Você é consultado(a), como advogado(a), sobre a possibilidade de a sociedade demandar os condôminos para que integralizem a referida quota. Assinale a opção que apresenta a resposta correta.

- a) Eles são obrigados à integralização apenas a partir da decretação de falência da sociedade.
- b) Eles não são obrigados à integralização, pelo fato de serem condôminos de quota indivisa.
- c) Eles são obrigados à integralização, porque todos os sócios, mesmo os condôminos, devem integralizar o capital.
- d) Eles não são obrigados à integralização, porque o capital da sociedade é inferior a 100 salários mínimos.